



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

EDUCAÇÃO PARA REINserÇÃO: UM RECORTE DA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO NAS PRISÕES DO ESTADO DA PARAÍBA EM 2013

Joseilma Dantas Ageu
Instituição: PPGA/UFPB.
E-mail: ilma.ageu@bol.com.br

Hélio Araújo Pereira
Instituição: PPGA/UFPB.
E-mail: helioaraujop@gmail.com

Marcos Aurélio Gomes de Aquino
Instituição: PPGA/UFPB.
E-mail: adm.marcos@bol.com.br

José Renato S. Abreu
Instituição: PPGA/UFPB.
E-mail: renatoabreu.jp@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A educação se constitui um direito prioritário, fundamental para uma vida humana digna, entende-se que, a capacidade de efetivação dos direitos de cada indivíduo, bem como, a consciência do dever de respeitar o outro, depende do conhecimento adquirido através da Educação, seja ela Formal ou Popular.

O direito à educação nas prisões está prevista no Plano Nacional de Educação – PNE, no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI e no Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH.

A Lei de Execuções Penais nos artigos 10, 17 e 126, definem que:

- A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.
 - A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.
 - O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. (BRASIL, 1984).
-



De acordo com dados do portal do Governo do Estado da Paraíba(2013), com o número de presos bem acima da capacidade, o Estado da Paraíba ocupa a quarta colocação no número de pessoas presas, perdendo para os Estados do Pernambuco, Bahia e Ceará, apresentando uma população carcerária no mês de Dezembro/2013 de 9.233 pessoas, sendo que 81% estão em regime fechado e 19% em regime semiaberto.

Assim, na Paraíba foi criada a Gerência de Ressocialização no ano de 2011 com a missão de gerar oportunidades para a inclusão social dos egressos do sistema prisional com ações estratégicas voltadas para os seguintes eixos: cidadania é liberdade, cidadania é saúde, cidadania é educação, cidadania é cultura, cidadania é trabalho. Destaca-se, como exemplo, a lei nº 9.430 de 14 de julho de 2011, que determina às empresas vencedoras de licitação para obras do governo estadual a destinação de 5% de suas vagas de emprego (em tais obras) para sentenciados.

Considerando a execução de tais ações, o estudo pretendeu responder à seguinte indagação: Que ações o Governo da Paraíba, adotou no ano de 2013, para o eixo de educação de pessoas reclusos em suas Unidades Prisionais?

Portanto, o objetivo deste estudo é apontar as ações que foram empreendidas pelo Governo do Estado da Paraíba com vistas a atender aos indivíduos que cumprem suas reprimendas no Regime Fechado nas diversas Unidades Prisionais do referido Estado.

METODOLOGIA

Caracteriza-se como um estudo qualitativo, por meio da verificação de relatórios de execução elaborados pela Secretaria de Administração Penitenciária e disponibilizados à sociedade através do Portal online, considerando apenas, os aspectos relacionados à promoção da educação nas Unidades Prisionais, no ano de 2013.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



De acordo com os dados apontados no Relatório (PARAÍBA, 2013), os principais procedimentos da política de ressocialização, relacionados à educação nas Unidades Prisionais estão sintetizados por ações, a seguir:

Aplicação de Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)

No ano de 2013 os reclusos do sistema penitenciário paraibano participaram do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), o qual se constitui em um exame para aferição de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Participaram do citado exame **18** unidades prisionais e foram inscritos **218** reclusos.

Aplicação do Exame Supletivo

No mês de novembro de 2013, os reclusos puderam participar do Exame Supletivo para os níveis de ensino fundamental e médio. Foram inscritos **751** reclusos, destes, **482** realizaram as provas de ensino fundamental e **269** de ensino médio. Contabilizou-se um total de **34** unidades prisionais contempladas com tal exame.

Aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas De Liberdade (ENEM-PPL)

O referido exame ocorreu no início do mês de dezembro do corrente ano, o mesmo foi realizado pelo INEP/Cesgranrio. Os resultados do ENEM podem ser utilizados para fins de certificação de conclusão de Ensino Médio. Nesse sentido, foram inscritos um total de **290** reclusos distribuídos em **31** unidades prisionais.

PROJOVEM

O PROJOVEM Urbano foi um dos programas trazidos para dentro das unidades prisionais e que visa à formação integral do jovem entre 18 e 29 anos que não concluiu o ensino fundamental, para que este possa ser inserido no mercado de trabalho e possibilitar a ele o exercício da cidadania. É oferecido um curso de



duração de 18 meses, onde os alunos recebem uma bolsa mensal no valor de R\$100,00.

O referido programa ofereceu 150 vagas para alunos privados de liberdade. As mesmas foram distribuídas em dois núcleos: João Pessoa e Campina Grande, onde 90 vagas foram destinadas à João Pessoa, na qual há a participação de Três unidades prisionais e, 60 vagas foram destinadas à Campina Grande, que possui duas unidades prisionais participando do presente programa.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos, segundo a LDB (Lei 9394 de 1996), art. 21, é uma modalidade da Educação Básica.

No ano de 2013 foram matriculados na alfabetização cerca de **114** reclusos; o primeiro segmento (1ª a 4ª série) teve um total de 695 reclusos matriculados; o segundo segmento (5ª a 8ª série) contou com **571** matrículas e, no ensino médio foram matriculados **231** reclusos, totalizando **1.611** reclusos matriculados distribuídos em **33** unidades prisionais.

Outras Ações Educacionais Realizadas em 2013

A “Semana Cultural Paulo Freire”, foi realizada na Penitenciária Desembargador Sílvio Porto, localizado na Capital Paraibana. O evento contou com a apresentação de trabalhos escolares desenvolvidos em salas de aula dentro do sistema prisional, como maquetes de temas históricos, geográficos e científicos. O mesmo marcou o Ano Cultural Paulo Freire que foi comemorado nas escolas estaduais de todo o Estado.

Com o intuito de promover o aumento da leitura nas Unidades Prisionais, foi desenvolvido o projeto “Cidadania é Leitura, Ressocialização é Educação”, com vistas à leitura de obras literárias, com o intuito que de cada livro lido seja feito um resumo da obra pelos reclusos, dessa forma, o resumo será avaliado e ele poderá ter extinto dois dias de sua pena.

O marco educacional maior do ano de 2013, no sistema prisional paraibano foi a Implantação do Campus Universitário Avançado, dentro do Presídio do Serrotão, na cidade de Campina Grande. Essa é uma iniciativa realizada por meio



de parceria entre o Governo do Estado e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O Campus Avançado da UEPB no Serrotão, conta com oito salas de aula e um auditório, onde são realizados cursos, palestras e atividades culturais para os reclusos. A Universidade dentro do sistema prisional também contempla o Presídio Feminino, que está incluído no complexo penitenciário do Serrotão, com salas de aula, auditório e berçário, além de um ateliê destinado à confecção de bonecas de pano, a biblioteca e brinquedoteca.

CONCLUSÃO

A presente temática é bastante desafiadora para o sistema prisional, tendo em vista os problemas estruturais encontrados em quase todas as unidades, conforme apontado nos relatórios, tal como é o caso da falta de salas de aula ou da precarização das mesmas. Um outro problema relatado é a falta de documentação para a devida inscrição nos cursos de certificação ofertados, dessa forma, muitos deles deixam de participar ou o processo de inscrição torna-se moroso por conta da aquisição da documentação, o processo de inscrição, muitas vezes, tem que ser submetida a dilatação de prazo. Ainda assim, é oportuno apontar a visão de Julião (2013, p. 17) ao tratar da importância que a educação nas prisões assumem:

A escola nos presídios tem uma enorme responsabilidade na formação de indivíduos autônomos, na ampliação do acesso aos bens culturais em geral, no fortalecimento da auto estima desses sujeitos assim como na consciência de seus deveres e direitos, criando oportunidades para o seu reingresso na sociedade.

Entende-se, portanto, que a importância da execução de todas essas ações de cunho educacionais, é proporcionar que os indivíduos reclusos possam com isso, ao inserir – se na educação dentro do ambiente prisional, avancem para novos horizontes profissionais ao cumprirem suas penas e retornarem ao seio da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CNE nº 2 de 19/05/2010**, que institui as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. 2010.



_____. **Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a lei de Execução Penal.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acessado em: 09/02/2014

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação de Jovens e Adultos no Sistema Penitenciário: notas de pesquisa sobre a experiência brasileira. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 21, p. 1-23, 2013.

PARAIBA. **Plano diretor do sistema penitenciário do estado da Paraíba.** João Pessoa: Secretaria de Estado da Cidadania e Administração Penitenciária do Estado da Paraíba, 2008.

_____.Relatório de **Procedimentos da política de Ressocialização.** João Pessoa: SEAP, 2013.
